

Assejur intensifica luta em defesa da Previdência pública

Assembleia geral realizada no dia 25 de março debateu os efeitos da EC 6/2019, que trata da matéria, e também aprovou as contas da entidade referentes ao exercício de 2018

A defesa da Previdência pública pautou a assembleia geral da Assejur realizada no dia 25 de março, na sede administrativa da entidade de classe. O tema está relacionado à Emenda Constitucional (EC) 6/2019, encaminhada ao Congresso em fevereiro. De acordo com as mudanças propostas pelo governo, serão feitos cortes significativos nos direitos previdenciários, com prejuízos para trabalhadores do setor privado e também para o funcionalismo público. Os efeitos mais imediatos envolvem o aumento da alíquota de contribuição e o sistema de cálculos dos proventos das novas aposentadorias, que considerará a média de todos os salários do trabalhador durante o período de atividade.



Previdência pública: sistema de proteção social está ameaçado pela EC 6/2019, apresentada pelo governo ao Congresso Nacional em fevereiro deste ano

Análise de casos - Os principais aspectos da reforma foram abordados pelo diretor de Assuntos da Previdência da Assejur, Luis Eduardo Rodrigues Marques. Ele fez uma análise detalhada da EC 6/2019, com base em situações concretas.

No final do encontro, foi aprovada a participação da Assejur em movimentos de luta contra a reforma. Serão feitos contatos com outras associações, para a realização de atividades e debates conjuntos e estudos sobre planos previdenciários específicos, como os da OAB e de outras instituições.

Contas aprovadas - A assembleia também se manifestou sobre as contas da Tesouraria referentes ao exercício de 2018. Os números apresentados pelo setor de contabilidade receberam a aprovação do plenário, condicionada à complementação dos dados por um parecer do Conselho Fiscal, que já havia analisado a matéria e concordado com o relatório da direção.

Contas em dia

Durante a assembleia geral do dia 25 de março, o tesoureiro da Assejur, Humberto Ferreira dos Reis, apresentou um relatório, assinado pelo escritório de contabilidade que presta serviços à entidade de classe, com a demonstração das contas referentes ao exercício de 2018. Os números mostram uma situação estável, com superávit no final do período, e foram analisados, também, pelo **Conselho Fiscal**, que está preparando um parecer conclusivo para ser anexado à ata de aprovação, com base em votos manifestados pelo plenário da assembleia. Para os próximos anos, a defesa da carreira de assessor jurídico continuará a ser a principal meta da Assejur. Paralelamente a isso, serão elaborados projetos de engenharia e arquitetura para a reforma da sede administrativa.

Na Biblioteca Nacional

A Fundação Biblioteca Nacional confirmou, em correspondência enviada à Secretaria da Assejur no dia 28/3, o **registro legal** das duas edições da *Revista da Assejur*, publicadas em dezembro de 2017 (nº 1) e dezembro de 2018 (nº 2). As obras reúnem contribuições de assessores jurídicos e personalidades ligadas à área do direito, e foram apresentadas, também, na versão online. O ofício, assinado pela chefe da Divisão de Depósito Legal, Alessandra Moraes, tem o seguinte teor: “Recebemos o material enviado a esta Fundação conforme listagem [*Revista da Assejur* 1 e 2], em cumprimento à legislação vigente de depósito legal. Agradecemos esta importante contribuição para a preservação e guarda da coleção ‘Memória Nacional’, composta pela produção intelectual do País”.

Prazo para envio

A terceira edição da *Revista da Assejur* tem lançamento previsto para o mês de novembro deste ano. De acordo com o regulamento da publicação, as inscrições de trabalhos científicos poderão ser feitas até o dia **19 de agosto**, pelo email contato@assejurpr.com.br. Os temas deverão estar relacionados às seguintes áreas: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor, Direito Empresarial, Direito Penal, Direito Processual Penal, Lei “Maria da Penha”, Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito Ambiental, Direito Tributário, Direito Previdenciário, Direito Urbanístico, Direito Agrário, Direito do Trabalho, Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, Mediação e Conciliação, Psicologia Jurídica, Sociologia Jurídica, Ciência Política e Filosofia do Direito.

No Tribunal de Justiça

Diretores da Assejur foram recebidos pelo atual presidente do Tribunal de Justiça, desembargador **Adalberto Xisto Pereira**, no dia 22 de março. A audiência teve por objetivo tratar de assuntos vinculados à carreira de assessor jurídico e às prioridades da administração, cuja posse aconteceu no início de fevereiro deste ano. A direção da entidade de classe reforçou a importância das atividades desenvolvidas pelos profissionais da área, bem como as reivindicações específicas da categoria, que envolvem, também, os efeitos da Resolução nº 219/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Estado do Paraná. O chefe do Judiciário afirmou que reconhece as especificidades das funções atribuídas aos assessores jurídicos, consideradas fundamentais para o encaminhamento dos planos estratégicos da atual gestão.